

[English version below / Versión en español abajo]

Apresentação

15 de março de 2017

2017 começa na Revista Direito e Práxis com quatro edições e debates fundamentais no campo do pensamento crítico sobre o direito. Apresentamos o novo número: vol. 08, n. 1 de 2017, jan-mar – edição 17. A **seção de artigos** contém **doze trabalhos inéditos** com temas como judicialização da saúde, segurança pública, movimentos sociais, teoria do direito, entre outros.

O **dossiê**, organizado pelo professor Dr. Luiz Otávio Ribas e pela editora da D&P, Dra. Carolina A. Vestena, em parceria com o Instituto de Pesquisa Direitos e Movimentos Sociais (IPDMS), traz um conjunto de artigos de pesquisadores nacionais e internacionais sobre o tema **“Mobilização de direitos: usos e estratégias jurídicas dos atores coletivos e movimentos sociais”**. A apresentação do dossiê segue abaixo.

A seção de **traduções** traz dois artigos inéditos em língua portuguesa. O primeiro também compõe o dossiê e trata-se do trabalho do professor Fernando Rojas Hurtado, “Comparações entre as tendências dos serviços legais na América do Norte, Europa e América Latina – Primeira Parte”. A segunda tradução traz uma contribuição dos professores alemães Joachim Hirsch, John Kannankulam, Jens Wissel sobre o debate da teoria materialista do estado a respeito da chamada “derivação do estado”. Agradecemos aos tradutores pelo trabalho de altíssima qualidade realizado.

Por fim, apresentamos duas **resenhas** de obras recentes, dentre elas, uma sobre o livro da pesquisadora e professora francesa Anne Clerval, o qual retrata o processo de gentrificação da capital parisiense.

Relembramos que as políticas editoriais para as diferentes seções da Revista podem ser acessadas em nossa página e que as submissões são permanentes e sempre bem-vindas! Agradecemos, como sempre, às autoras e autores, avaliadores e colaboradores pela confiança depositada em nossa publicação.

Boa Leitura! Equipe **Direito e Práxis**

Editorial

March, 15th 2017

2017 begins in the Law & Praxis Journal with four editions and fundamental debates in the field of critical legal thinking. We introduce the new issue: vol. 08, n. 1 of 2017, jan-mar - edition 17. The **articles section** contains **twelve unpublished works** with themes such as judicialization of health, public safety, social movements, theory of law, among others.

The **dossier**, organized by Professor Dr. Luiz Otávio Ribas and the editor of D & P, Dr. Carolina A. Vestena, in partnership with the Research Institute for Rights and Social Movements (IPDMS), brings a set of articles by national and international researchers on “**Mobilization of rights: uses and legal strategies of collective actors and social movements**”. The presentation of the dossier follows below.

The section of **translations** brings two unpublished articles in Portuguese language. The first one also composes the dossier and it is the work of professor Fernando Rojas Hurtado, “Comparación entre las tendencias de los servicios legales en Norteamérica, Europa y América Latina”. The second translation brings a contribution from the German teachers Joachim Hirsch, John Kannankulam, Jens Wissel on the debate of the state's materialist theory about the so-called "derivation of the state". We thank the translators for the very high quality work done.

Finally, we present two **reviews** of recent works, among them, one on the book of the researcher and French teacher Anne Clerval, which portrays the process of gentrification of the Parisian capital.

We remind readers and authors that the editorial policies for each of the sections in the Journal can be accessed in our webpage and that submissions are permanent and always welcome! We thank, as always, the authors, reviewers and collaborators for the trust placed in our publication.

Enjoy your reading! **Law and Praxis** team

Presentación

15 de marzo del 2017

2017 comienza en la revista Derecho y Praxis con cuatro temas y debates clave en el campo del pensamiento crítico acerca del derecho. Presentamos la nueva serie: vol. 08, no. 1, 2017, ene-mar - edición 17. La **sección de artículos** contiene **doce trabajos originales** con temas como la judicialización de la salud, la seguridad pública, los movimientos sociales, la teoría del derecho, entre otros.

El **dossier**, organizado por el Prof. Dr. Luiz Otávio Ribas y el editor de D & P, Dra. Carolina A. Vestena, en colaboración con el Instituto de Investigación de los Derechos y Movimientos Sociales (IPDMS), trae un conjunto de artículos de investigadores nacionales e internacionales acerca del tema **“Movilización de derechos: usos y estrategias legales de los actores colectivos y movimientos sociales”**. La presentación del dossier sigue abajo.

La sección de **traducciones** trae dos artículos publicados en portugués. El primero también compone el dossier y es el trabajo del profesor Fernando Rojas Hurtado, "Comparación entre las tendencias de los servicios legales en Norteamérica, Europa y América Latina - Primera parte.". La segunda traducción aporta una contribución de profesores alemanes Joachim Hirsch, John Kannankulam Jens Wissel sobre el debate de la teoría materialista del estado con respecto a la denominada "derivación del estado." Agradecemos a los traductores por la calidad de la traducción.

Por último, se presentan dos **reseñas** de obras recientes, entre ellas una acerca del libro de la investigadora y profesora francesa Anne Clerval, que representa el proceso de “gentrificación” de la capital parisina.

Tenga en cuenta que las políticas editoriales a las diferentes secciones de la revista pueden ser visitadas en nuestro sitio web, y que las sumisiones son permanentes y siempre bienvenidas! Gracias, como siempre, a los autores y las autoras, revisores y revisoras, y empleados y empleadas por su confianza en nuestra publicación.

¡Buena Lectura! Equipo **Direito & Práxis**

Mobilização de direitos: usos e estratégias jurídicas dos atores coletivos e movimentos sociais

Luiz Otávio Ribas

Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil

Carolina Alves Vestena

Universidade de Kassel, Kassel, Hessen, Alemanha

Crise econômica, crise política, crise do sistema de reprodução social, crise ecológica: o diagnóstico de crise tem dado a tona dos discursos políticos e sociais nos últimos anos. O cenário político tem sido marcados por profundas convulsões e, seja ao sul ou ao norte global, políticas de privatização, redução de investimentos a partir do estado – as chamadas “políticas de austeridade” – crescem como um rasante sobre os já precários direitos estabelecidos na Constituição e que mal tiveram eficácia.

Por outro lado, também é verdade que uma onda de mobilizações sociais, protestos, manifestações e insurgências vem crescendo, o que certamente oxigenou as organizações e esperanças de movimentos sociais progressistas por todas as partes. Tais lutas foram articuladas na forma radical de protestos, mas também por meio de reivindicações por direitos e estratégias jurídicas. Nesse contexto, o presente dossiê tem por objetivo problematizar os sentidos conferidos pelos movimentos sociais e organizações coletivas às estratégias jurídicas ou reivindicações por direitos no interior de suas lutas sociais.

Com os trabalhos publicados, esperamos oferecer um quadro sobre diferentes abordagens em torno do conceito de “mobilização de direitos”, a partir do qual visamos conceitualizar um fenômeno mais amplo da mobilização. Esta, que significa não só a mobilização dos movimentos sociais entorno de determinados atores jurídicos institucionais, mas também relaciona o contexto político no qual o fenômeno se desenvolve – sistema político, relação imanentes aos aparatos do Estado – e a própria leitura que os movimentos sociais fazem da forma jurídica e de sua institucionalidade ao decidirem-se por organizar ou participar de uma demanda jurídica.

A tradição crítica latino-americana apresenta uma longa trajetória de debates sobre movimentos insurgentes e experiências dos movimentos sociais que perpassam as críticas marxistas do direito, o pluralismo jurídico, os processos constituintes e as pesquisas sobre as resistências à ditadura. No entanto, ao nosso ver, um campo menos explorado é a interface entre as teorias dos movimentos sociais e as teorias críticas do direito, e

consequentemente, seus desdobramentos para a compreensão dos processos de ruptura institucional, reformas e democratização a partir das demandas dos movimentos sociais.

O tema da mobilização de direitos e os movimentos sociais está ligado à agenda dos direitos humanos e às lutas sociais, especialmente após a Constituição brasileira de 1988. Essas lutas, no caso brasileiro, se refletem em diferentes iniciativas, pautas e organizações.

Na organização das trabalhadoras e trabalhadores, as greves do início do século XX, especialmente no Rio de Janeiro e São Paulo, foram determinantes para as conquistas da redução da jornada e melhores condições de trabalho, assim como a luta das mulheres por meio do movimento das sufragistas.

Na organização de povos tradicionais, os exemplos dos quilombos e revoltas dos século XVI à atualidade, nas regiões onde reinou o trabalho escravo, foram importantes para a resistência da identidade africana no Brasil e para a abolição da escravidão. Atualmente, a mobilização é mantida pelo direito à terra e à identidade. A Anistia representa outra bandeira que mobilizou familiares de desaparecidos, perseguidos políticos, militantes, na busca pelo direito à memória e à reparação dos crimes da Ditadura.

Os movimentos populares se articulam por direitos, como a expressiva mobilização dos movimentos do campo para a aprovação de uma política de reforma agrária na Constituinte de 1987. Assim como a argumentação judicial do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) sobre a necessária desapropriação de quem descumpra a função social da propriedade. Além da proposta de uma Política Nacional de Direitos dos Atingidos e Atingidas por Barragens (PNAB), do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB).

Entre as organizações não-governamentais (ONGs), está o Movimento Nacional de Direitos Humanos (MNDH) e múltiplas iniciativas que demandam a democratização do sistema de justiça. Nas universidades, inúmeros cursos com o tema dos direitos humanos iniciaram desde a década de 2000.

O cenário de avanços e mobilização foi bastante positivo nos últimos anos, o que agora parece estar em vias de regressão. Após a crise institucional do ano de 2016 – marcado por marchas conservadoras anticorrupção – e do impedimento de Dilma Rousseff, o atual governo tem implementado uma agenda de desregulação, flexibilização e perda concreta de direitos. Um dos exemplos da política de reformas para o mercado, privatizações e desregulação é a crise da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, onde também governa o PMDB. Além do atraso e parcelamento no pagamento dos professores e alunos bolsistas e cotistas, bem como de verbas de pesquisa, os funcionários terceirizados são submetidos às condições precárias de trabalho.

Ao concluir a organização desse dossiê, consideramos fundamental fazer essa retomada de algumas das lutas centrais por direitos as quais acompanhamos, presenciamos ou estudamos em nossas diferentes jornadas

acadêmico-militantes. Frente a um quadro de retrocessos, é sempre importante renovar a memória militante e fazer uma chamada para a continuidade das lutas e engajamento nas lutas com os movimentos sociais. Apenas dessa forma, e somente com organização coletiva e popular, será possível reverter um quadro de ataque aos direitos das trabalhadoras e trabalhadores em suas múltiplas identidades.

Esperamos que a leitura dos trabalhos seja um incentivo para encorajar a luta social e a pesquisa militante!

Mobilization of rights: uses and legal strategies of collective actors and social movements

Luiz Otávio Ribas

Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil

Carolina Alves Vestena

University of Kassel, Kassel, Hessen, Alemanha

Economic and political crisis, crisis of the social reproduction system, ecological crisis: the diagnosis of the multiple crises has taken the center of political and social discourses in recent years. The political landscape has been marked by deep upheavals and, whether to the south or to the global north, policies of privatization, reduction of investments from the State - the so-called “austerity policies” – are growing as a glance over the already precarious rights established in the Constitution which were barely effective.

On the other hand, it is also true that a wave of social mobilizations, protests, manifestations and insurgencies has been growing, which has certainly boosted the organizations and hopes of progressive social movements everywhere. Such struggles were articulated in the radical form of protests, but also through claims for rights and legal strategies. In this context, this dossier aims to problematize the meanings conferred by social movements and collective organizations to the legal strategies or claims for rights within their social struggles.

With this issue, we hope to offer a framework on different approaches on the concept of “mobilization of rights”, from which we aim to conceptualize a broader phenomenon of mobilization. This means not only the mobilization of the social movements within certain judicial institutions, but also the

political context in which the phenomenon develops – political system, State apparatuses – and the interpretation that social movements do about the legal form and its institutionality when deciding to organize or participate in a legal claim.

The Latin American critical tradition presents a long trajectory of debates on insurgent movements and experiences of social movements that develop through the Marxist critiques of law, the legal pluralism, and the researches on the constituent processes and resistance against dictatorship. However, in our view, a less explored field is the interface between social movements theories and critical theories of law, and consequently, its unfolding in order to understand the processes of institutional rupture, reforms and democratization from the demands of the social movements.

The theme “mobilization of rights and social movements” is linked to the human rights agenda and to social struggles, especially after the Brazilian Constitution of 1988. These struggles, in the Brazilian case, are reflected in different initiatives, agendas and organizations.

In the organization of the workers, the strikes of the early twentieth century, especially in Rio de Janeiro and São Paulo, were decisive in achieving the reduction of working hours and better working conditions, as well as the struggle of women through the suffragists’ movement.

In the organization of traditional peoples, the examples of the *quilombos* and revolts from the sixteenth century to the present day, in the regions where slave labor reigned, were important for the abolition of slavery and resistance of an African identity in Brazil. Today, mobilization is maintained by the right to land and to identity. The Amnesty after the Brazilian dictatorship represents another struggle that mobilized the families of the disappeared, persecuted politicians, and militants in the search for the right to memory and reparation of the crimes of that period.

Popular movements are articulated for rights, such as the expressive mobilization of the countryside movements for the approval of an agrarian reform policy in the 1987 Constituent Assembly, as well as the legal argumentation of the Landless Rural Workers' Movement (MST) on the necessary expropriation of those who proprieties that disregard the social function of the land. In addition, it is also to mention the proposal for a National Policy on the Rights of the People Affected by Dams of the Movement of People Affected by Dams (MAB).

Among the non-governmental organizations (NGOs) are the National Human Rights Movement (MNDH) and multiple initiatives that demand the democratization of the system of justice. In universities, numerous courses on the subject of human rights have started since the 2000s.

The scenario of advances and mobilization has been quite positive in recent years, which now appears to be in the process of regression. After the institutional crisis of 2016 – marked by conservative anti-corruption marches –

and Dilma Rouseff's impeachment, the current government has implemented an agenda of deregulation, flexibilization and concrete cutbacks of rights. One of the examples of the policy of market reforms, privatization and deregulation is the crisis of the State University of Rio de Janeiro, where the government party, PMDB, also rules. In addition to the delays in the payment of professors and students scholarship holders, as well as of research grants, the outsourced employees are subjected to precarious working conditions.

In concluding the organization of this dossier, we considered fundamental to make this resumption of some of the central struggles rights that we have been following, witnessing or studying in our different academic-militant experiences. Facing the current backlashes, it is always important to renovate the militant memory and make a call for the persistence of the struggles and engagement with the social movements. Only in this way, and only with collective and popular organization, it will be possible to reverse the attacks on the rights of workers in their multiple identities.

We hope the reading of the papers will be an incentive to encourage social struggle and militant research!

Mobilización de derechos: usos y estrategias legales de los actores colectivos y movimientos sociales

Luiz Otávio Ribas

Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil

Carolina Alves Vestena

Universidade de Kassel, Kassel, Hessen, Alemanha

Crisis económica, crisis política, crisis del sistema de reproducción social, crisis ecológica: el diagnóstico de la crisis ha dado el tono del discurso político y social en los últimos años. La escena política se ha caracterizado por convulsiones profundas y, sea al Sur o al Norte global, las políticas de privatización, la reducción de las inversiones del estado - las llamadas "políticas de austeridad" - crecen sobre los precarios derechos establecidos en la Constitución y que mal tuvieron efectividad.

Por otro lado, también es cierto que una ola de movilizaciones sociales, protestas, manifestaciones y insurgencias está creciendo, lo que sin

duda oxigenó las organizaciones y las esperanzas de los movimientos sociales progresistas en todas partes. Estas luchas están vinculadas con formas radicales de protesta, pero también a través de demandas por derechos y estrategias legales. En este contexto, el presente dossier pretende problematizar los significados conferidos por los movimientos sociales y organizaciones colectivas a las estrategias jurídicas o reclamaciones por derechos en el interior de sus luchas sociales.

Con las obras publicadas, esperamos ofrecer una imagen de diferentes enfoques en torno al concepto de "movilización de los derechos", de la que nos proponemos para conceptualizar un fenómeno más amplio de movilización. Esto, lo que significa no sólo la movilización de los movimientos sociales en torno a ciertos actores institucionales legales, pero también se refiere al contexto político en que se desarrolla el fenómeno - el sistema político, la relación inmanente al aparato del estado - y la misma lectura que hacen los movimientos sociales de la forma jurídica y su institucionalidad al decidieren por organizar o participar en una demanda jurídica.

La tradición crítica en América Latina tiene una larga historia de debates sobre los movimientos insurgentes y las experiencias de los movimientos sociales que impregnan la crítica marxista del derecho, el pluralismo jurídico, los procesos constituyentes y la investigación sobre la resistencia a la dictadura. Sin embargo, en nuestra opinión, un campo menos explorado es la interfaz entre las teorías de los movimientos sociales y las teorías críticas del derecho y, por tanto, sus consecuencias para la comprensión de los procesos de ruptura institucional, las reformas y la democratización a partir de las demandas de los movimientos social.

El tema movilización de derechos y movimientos sociales está conectado a la agenda de los derechos humanos y de las luchas sociales, sobre todo después de la Constitución brasileña de 1988. Estas luchas, en Brasil, se reflejan en diferentes iniciativas, programas y organizaciones.

La organización de las trabajadoras y de los trabajadores, las huelgas de principios del siglo XX, especialmente en Rio de Janeiro y São Paulo, jugaron un papel decisivo en los logros de la reducción de la jornada de trabajo y mejores condiciones de trabajo, así como la lucha de las mujeres a través del movimiento de las sufragistas.

En la organización de los pueblos tradicionales, ejemplos de quilombos y revueltas del siglo XVI hasta la actualidad, en las regiones en que ha reinado el trabajo esclavo, eran importantes para la identidad africana de la resistencia en Brasil y para la abolición de la esclavitud. Actualmente, la movilización se mantiene por el derecho sobre la tierra y a la identidad. La Amnistía es otra bandera que movilizó a los familiares de los desaparecidos, perseguidos políticos, militantes, en la busca por el derecho a la memoria y a la reparación de los crímenes de la dictadura.

Los movimientos populares articulan-se por los derechos, como la importante movilización de los movimientos del campo para la aprobación de una política de reforma agraria en el Constituyente de 1987. A medida que el argumento legal del Movimiento de los Trabajadores Rurales Sin Tierra (MST) en la expropiación necesaria de los que violen la función social de la propiedad. Además de la propuesta de una Política Nacional de Direitos dos Atingidos e Atingidas por Barragens (PNAB), del Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB)¹.

Entre las organizaciones no gubernamentales (ONG), es el Movimiento Nacional de Derechos Humanos (MNDH) y múltiples iniciativas que requieren la democratización del sistema de justicia. En las universidades, numerosos cursos con el tema de los derechos humanos comenzaron desde la década de 2000.

El escenario de avances y la movilización fue muy positiva en los últimos años, que ahora parece estar en regresión. Después de la crisis institucional de 2016 - marcada por marchas conservadoras contra la corrupción - y del impedimento de Dilma Rousseff, el gobierno actual ha puesto en marcha un programa de desregulación, flexibilización y pérdida concreta de los derechos. Un ejemplo de la política de reformas al mercado, privatización y desregulación es la crisis de la Universidad del Estado de Río de Janeiro, donde también gobierna el PMDB. Además de la demora y de pago a plazos de los profesores y estudiantes de becas, así como ayudas a la investigación, los empleados subcontratados son sometidos a condiciones precarias de trabajo.

Para completar la organización de este dossier, consideramos clave hacer esta recuperación de algunas de las luchas por los derechos centrales que siguen, testiguado o estudiado en nuestros diferentes viajes militantes académicas. Ante un cuadro de reveses, siempre es importante para renovar la memoria militante y hacer una llamada a continuar la lucha y el compromiso en las luchas con los movimientos sociales. Sólo de esta manera, y sólo con la organización colectiva y popular, se puede revertir un ataque por encima de los derechos de las mujeres y hombres que trabajan en sus múltiples identidades.

Esperamos que la lectura de artículos sea un incentivo para alentar la lucha social y la investigación militante!

¹ Política Nacional de Derechos de las Víctimas y Afectados por las Represas; Movimento de Afectados por Represas.

Expediente desta edição

Editores:

Dr. José Ricardo Cunha, UERJ, Brasil

Dra. Carolina Alves Vestena, Kassel Universität, Alemanha

Comissão Executiva

Bruna Mariz Bataglia Ferreira, UERJ, Brasil

Ígor Ferreira, UERJ, Brasil

Isadora Lins, UERJ, Brasil

José Luiz Ribas, UERJ, Brasil

Leonardo Laurindo, UERJ, Brasil

Lucas van Hombeeck, UERJ, Brasil

Táisa Rodrigues, UERJ, Brasil

Conselho Editorial / Editorial Board

Dra. Ágnes Heller, New School for Social Research, EUA

Dr. Andreas Fischer-Lescano, Universität Bremen, Alemanha

Dr. Alexandre Garrido da Silva, Universidade de Uberlândia, Brasil

Dr. Alfredo Culleton, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Brasil

Dr. Andrés Botero Bernal, Universidad Industrial de Santander, Colômbia

Dra. Bethania Assy, UERJ, Brasil

Dr. Costas Douzinas, Birckbeck University of London, Reino Unido

Dra. Deisy Ventura, Universidade de São Paulo, Brasil

Dr. Girolamo Domenico Treccani, Universidade Federal do Pará, Brasil

Dr. Guilherme Leite Gonçalves, UERJ, Brasil

Dr. Jean-François Y. Deluchey, Universidade Federal do Pará, Brasil

Dr. João Maurício Adeodato, UFPE e Faculdade de Direito de Vitória, Brasil

Dr. James Ingram, MacMaster University, Canadá

Dr. Luigi Pastore, Università degli Studi "Aldo Moro" di Bari, Itália

Dr. Marcelo Andrade Cattoni de Oliveira, UFMG, Brasil

Dr. Paulo Abrão, PUC-Rs e UCB, Brasília, Brasil

Dra. Rosa Maria Zaia Borges, PUC-RS, Brasil

Dra. **Sara Dellantonio**, Università degli Studi di Trento, Itália

Dra. **Sonia Arribas**, ICREA - Univesidade Pompeu Fabra de Barcelona, Espanha

Dra. **Sonja Buckel**, Kassel Universität, Alemanha

Dra. **Véronique Champeil-Desplats**, Université de Paris Ouest-Nanterre, França

Avaliadores / Referees

Adamo Dias Alves, UFJF, Brasil; **Dr. Alexandre Veronese**, UNB, Brasil; **Dr. Alvaro Pereira**, USP, Brasil; **Dra. Ana Lia Vanderlei Almeida**, UFPB, GPLutas - Grupo de Pesquisa Marxismo, Direito e Lutas Sociais; **Antonio Dias Oliveira Neto**, Universidade de Coimbra, Portugal; **Assis da Costa Oliveira**, UFPA Brasil; **Bianca Tavorali**, USP, Brasil; **Bruno Cava**, UERJ, Brasil; **Bruno Alberto Paracampo Mileo**, Universidade Federal do Oeste do Pará, Brasil, **Dra. Dr. Carolina Medeiros Bahia**, UFSC, Brasil; **Dr. Cesar Cerbena**, UFPR, Brasil; **Dra. Clarissa Franzoi Dri**, UFSC, Brasil; **Dr. Conrado Hubner Mendes**, USP, São Paulo, Brasil; **David Francisco Lopes Gomes**, UFMG, Brasil; **Dra. Danielle Rached**, Instituto de Relações Internacionais – USP, Brasil; **Diana Pereira Melo**, UNB, Brasil; **Diego Alberto dos Santos**, UFRGS, Brasil; **Dr. Diego Augusto Diehl**, UNB, Brasil; **Dr. Diego Werneck Arguelhes**, FGV DIREITO RIO, Brasil; **Dr. Diogo Coutinho**, USP, Brasil; **Eduardo Pitrez Correa**, FURG, Brasil; **Dr. Eduardo Socha**, USP, Brasil; **Eloísa Dias Gonçalves**, Panthéon-Sorbonne, França; **Emília Merlini Giuliani**, PUCRS, Brasil; **Dr. Ezequiel Abásolo**, La Matanza, Argentina; **Dr. Ezequiel Abásolo**, Universidad Católica Argentina, Argentina, **Dra. Fabiana Luci de Oliveira**, UFSCAR, Brasil; **Dra. Fabiana Severi**, USP, Brasil; **Fábio Balestro Floriano**, UFRGS, Brasil; **Fabíola Fanti**, USP, Brasil; **Dr. Fernando Fontainha**, IESP/UERJ, Brasil; **Felipo Pereira Bona**, UFPE, Brasil; **Fernando Perazzoli**, Universidade de Coimbra, Portugal; **Fernanda Pradal**, PUC-Rio, Brasil; **Flávia Carlet**, Universidade de Coimbra, Portugal; **Dr. Gabriel Gualano de Godoy**, UERJ, Brasil; **Dra. Giovanna Milano**, UFPR, Brasil, **Dr. Giovanna Schiavon**, PUC-PR, Brasil; **Dr. Giscard Farias Agra**, UFPE, Brasil; **Dra. Gisele Mascarelli Salgado**, Faculdade de Direito de São Bernardo do Campo - FDSBC, Brasil, **Dr. Gladstone Leonel da Silva Júnior**, UNB, Brasil; **Dr. Gustavo César Machado Cabral**, UFC, Brasil, **Gustavo Sampaio de Abreu Ribeiro**, Harvard Law School, USA; **Gustavo Capela**, UNB, Brasil; **Dr. Hector Cury Soares**, UNIPAMPA, Brasil; **Henrique Botelho Frota**, Centro Universitário Christus, Brasil; **Hugo Belarmino de Moraes**, UFPB, Brasil; **Dr. Hugo Pena**, UnB, Brasil; **Dr. Iagê Zendron Miola**, Universidade São Judas, Brasil; **Dra. Jane Felipe Beltrão**, UFPA, Brasil, **Joanna Noronha**, Universidade de Harvard, USA; **João Andrade Neto**, Hamburg Universität, Alemanha; **Dr. João Paulo Allain Teixeira**, UFPE, Brasil; **Dr. João Paulo Bachur**, USP, Brasil; **João Telésforo de Medeiros Filho**, UNB, Brasil; **Dr. Jorge Foa Torres**, Universidad Nacional Villa María, Argentina; **Dr. José de Magalhães Campos Ambrósio**, UFU, Brasil; **Dr. José Carlos Moreira da Silva**

Filho, PUCRS, Brasil; **Dr. José Renato Gaziero Cella**, IMED, Brasil; **Dr. José Heder Benatti**, UFPA, Brasil; **Dr. José Renato Gaziero Cella**, Faculdade Meridional - IMED, Brasil; **Dr. José Rodrigo Rodriguez**, Unisinos, Brasil; **Juliana Cesario Alvim Gomes**, UERJ, Brasil; **Lara Freire Bezerra de Santanna**, Universidade de Coimbra, Portugal; **Laura Laura Madrid Sartoretto**, UFRGS, Brasil; **Dr. Leonardo Figueiredo Barbosa**, UNIFESO, Brasil; **Leticia Paes**, Birkbeck, University of London; **Ligia Fabris Campos**, Humbolt Universität zu Berlin, Alemanha; **Dra. Livia Gimenez**, UNB, Brasil; **Dr. Lucas Pizzolatto Konzen**, UFRGS, Brasil; **Dra. Lucero Ibarra Rojas**, Centro de Investigación y Docencia Económicas, México; **Dra. Luciana de Oliveira Ramos**, USP, Brasil; **Dr. Luciano Da Ros**, University of Illinois at Chicago, USA; **Dr. Luiz Caetano de Salles**, UFU, Brasil; **Dr. Luiz Otávio Ribas**, UERJ, Brasil; **Manuela Abath Valença**, UFPE, Brasil; **Marcela Diorio**, USP, Brasil; **Dr. Marcelo Eibs Cafrune**, UNB, Brasil; **Marcelo Mayora**, UFJF, Brasil; **Dr. Marcelo Torelly**, UNB, Brasil; **Dr. Marcos Vinício Chein Feres**, UFJF, Brasil; **Dra. Maria Gabriela Viana Peixoto**, UERJ, Brasil; **Dra. Maria Lúcia Barbosa**, UFPE, Brasil; **Mariana Chies Santiago Santos**, UFRGS, Brasil; **Dra. Mariana Anahi Manzo**, Universidad Nacional de Córdoba, Argentina; **Dra. Mariana Trotta**, UFRJ, Brasil; **Dra. Marisa N. Fassi**, Università degli Studi di Milano, Itália; **Dra. Marta Rodriguez de Assis Machado**, Fundação Getúlio Vargas - Direito GV São Paulo, Brasil; **Mayra Cotta**, The New School for Social Research, USA; **Dr. Miguel Gualano Godoy**, UFPR, Brasil; **Monique Falcão Lima**, UERJ, Brasil; **Moisés Alves Soares**, UFPR, Brasil; **Nadine Borges**, UFF, Brasil; **Natacha Guala**, Universidade de Coimbra, Portugal; **Dr. Orlando Aragon**, México; **Dr. Orlando Villas Bôas Filho**, USP e Universidade Presbiteriana Mackenzie, Brasil; **Dr. Pablo Malheiros Frota**, UFGO, Brasil; **Paulo Eduardo Berni**, Universidade Ritter dos Reis, Brasil; **Dr. Paulo Eduardo Alves da Silva**, USP, Brasil; **Pedro Augusto Domingues Miranda Brandão**, UNB, Brasil; **Dr. Rafael Schincariol**, USP, Brasil; **Dr. Rafael Vieira**, PUC-Rio, Brasil; **Dra. Raquel Lima Scalcon**, UFRGS, Brasil; **Renan Bernardi Kalil**, USP, Brasil; **Renan Quinalha**, USP, Brasil; **Dra. Renata Ribeiro Rolim**, UFPB; **Dr. Renato Cesar Cardoso**, UFMG, Brasil; **Dr. Ricardo Prestes Pazello**, UFPR, Brasil; **Dra. Roberta Baggio**, UFRGS, Brasil; **Dr. Roberto Bueno Pinto**, UFU, Minas Gerais; **Roberto Efrem Filho**, UFPB, Brasil; **Rodrigo Faria Gonçalves Iacovini**, USP, Brasil; **Dr. Rodrigo Ghiringhelli de Azevedo**, PUCRS, Brasil; **Dr. Rodolfo Liberato de Noronha**, UNIRIO, Brasil; **Dr. Samuel Barbosa**, USP, Brasil; **Dr. Samuel Matos**, UFPA, Brasil; **Dra. Shirley Silveira Andrade**, UFES, Brasil; **Talita Tatiana Dias Rampin**, UNB, Brasil; **Tatyane Guimarães Oliveira**, UFPB, Brasil; **Thiago Arruda**, UFRSA, Brasil; **Dr. Thiago Reis e Souza**, Escola de Direito Fundação Getúlio Vargas - São Paulo, Brasil; **Dra. Verônica Gonçalves**, UNB, Brasil; **Vinicius Gomes de Vasconcellos**, USP/PUCRS, Brasil; **Dr. Vitor Bartoletti Sartori**, UFMG, Brasil.